

## PANORAMA DA VIOLENCIA CONTRA ATIVISTAS NO PARÁ (2014-2024)

ANA IGNEZ BRAGA DAL MAGRO<sup>1</sup>; SIMONE DA SILVA RIBEIRO GOMES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – ana.ignez.dalmagro@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – simone.gomes@ufpel.edu.br*

### 1. INTRODUÇÃO

A ocorrência de violência contra ativistas no Brasil, particularmente na região amazônica, revela-se como um fenômeno estrutural e está intrinsecamente relacionada à disputa por recursos naturais, resultando em conflitos territoriais que colocam em tensão interesses econômicos e a proteção dos direitos humanos. O estado do Pará possui o maior número de casos de violência no campo entre 1985 e 2023, sendo 612 assassinatos, 420 tentativas de assassinato, 1.597 ameaças de morte e 125 vítimas de massacres, divididas em 26 eventos, segundo dados compilados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Desta forma, este trabalho busca analisar o panorama da violência contra ativistas no estado do Pará, traçando perfis das vítimas assassinadas entre os anos de 2014 e 2024. Para tanto, foram realizadas frequências, cruzamentos e análises dos casos a partir do banco de dados original, sendo um recorte do projeto de pesquisa “Criminalização de Ativistas Feministas na América Latina”.

### 2. METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma metodologia mista: quantitativa e qualitativa. Durante a participação no projeto de pesquisa, foi elaborado um banco de dados a partir de relatórios anuais realizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (Cedoc), um dos setores de assessoria da CPT que realiza a missão de registrar os conflitos e violências que ocorrem na luta camponesa no Brasil. As informações foram sistematizadas, revisadas e ampliadas sobre ativistas assassinados no Brasil entre janeiro de 2000 e dezembro de 2024, com 541 casos. Para os fins analíticos deste estudo, o recorte empírico contempla exclusivamente os episódios ocorridos no estado do Pará, no período compreendido entre 2014 e 2024, em razão da expressiva concentração de conflitos socioambientais observados na região.

Como resultado, elaborou-se um banco de dados original com 65 casos de ativistas assassinados. As informações a respeito dos eventos foram retiradas de notícias disponíveis na internet, sendo os *links* de cada caso salvos. As variáveis utilizadas no banco de dados são: nome, movimento social, ativismo, data, ano, idade, gênero, estado, cidade, liderança, massacre, autoria. Em termos qualitativos, posteriormente, foi realizada uma revisão bibliográfica e de literatura acadêmica acerca do tema para maior entendimento a respeito da produção existente.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O banco de dados conta com 26 cidades diferentes, sendo Pau d'Arco (12), São Félix do Xingu (8), Baião (7) e Anapu (5) as cidades com mais vítimas, todas contaram com massacres. A cidade de Marabá contou com 4 assassinatos,

sendo dois duplos homicídios, enquanto Acará e Novo Progresso tiveram 3 casos cada. Barcarena, Itupiranga, Ourilândia do Norte e Rio Maria registraram duas mortes em cada cidade e o restante das outras 15 cidades possuíam uma vítima. Os episódios com três mortes ou mais, chamados de massacres, representam 32% (21) de vítimas no banco de dados.

O caso com mais mortes ocorreu em Pau d'Arco, onde na Fazenda Santa Lúcia, propriedade marcada por disputas desde 2013, dez trabalhadores rurais sem-terra foram mortos no dia 24 de maio de 2017. Na noite anterior ao crime, o grupo iniciou mais uma das inúmeras ocupações que já haviam feito na propriedade. Mais tarde, quando já haviam montado as barracas de lona para passar a noite, policiais militares e civis chegaram ao local e abriram fogo contra os sem-terra. Na versão apresentada em depoimento, os agentes alegaram que haviam ido para a fazenda cumprir 14 mandados de prisão preventiva contra suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda e foram recebidos com armas de fogo. Tanto testemunhas sobreviventes quanto os laudos afirmam que não houve confronto, e sim execuções.<sup>1</sup> Sobrevidente da chacina e testemunha-chave do caso, Fernando dos Santos Araújo, foi assassinado em janeiro de 2021, cinco meses após ter sofrido uma tentativa de homicídio. A Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA), responsável pela investigação do caso, concluiu que os dois ataques partiram do mesmo indivíduo.<sup>2</sup>

As mulheres representam 9 vítimas, sendo 7 lideranças. Este número pode estar subnotificado, uma vez que em alguns casos o ativismo realizado não é levado em consideração na investigação, sendo o crime enquadrado como outra categoria, excluindo a relevância política dessas mulheres. O caso de Maria Trindade da Silva Costa, líder quilombola e integrante das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB)<sup>3</sup> em Moju, nordeste paraense, demonstra as nuances presentes nesse cenário tão violento. Seu corpo foi encontrado no dia 24 de junho de 2017, em um ramal da zona rural, com hematomas, punho quebrado e indícios de violência sexual. A região apresenta tensão agrária entre latifundiários, grileiros e quilombolas e entidades quilombolas ligam o crime ao contexto de violência contra lideranças.

Dos ativismos que as vítimas estavam engajadas, proteção ambiental e quilombolas contam com 4 vítimas, indígenas e sem informação representam 2 casos e sindicalista 1. A luta pela terra é a categoria mais atacada, representando 80% (52 casos). A violência contra camponeses é uma tragédia anunciada, em que trabalhadores precisam decidir entre aceitar as regras impostas pela elite fundiária ou serem executados. A liderança Katison de Souza é um exemplo disso. Militante camponês organizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), estava sofrendo ameaças há cerca de um ano por parte de fazendeiros da região por sua atuação em Santa Izabel do Pará. Ele foi assassinado com golpes

<sup>1</sup> Ver em: Massacre de Pau d'Arco: Jane Júlia, presente!. CEBI, 16 de novembro de 2018. Disponível em: <https://cebi.org.br/publicacoes/massacre-de-pau-darco-jane-julia-presente/>. Acesso em 06/10/2024

<sup>2</sup> Ver em: NOTA PÚBLICA: “Um ano após o assassinato de Fernando dos Santos Araújo, a impunidade segue fazendo vítimas no campo paraense”. *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5911-nota-publica-um-ano-apos-o-assassinato-de-fernando-dos-santos-araujo-a-impunidade-segue-fazendo-vitimas-no-campo-paraense>. Acesso em 06/10/2024

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DLAqmk3pyBX/?img\\_index=5](https://www.instagram.com/p/DLAqmk3pyBX/?img_index=5). Acesso em 20/08/2025

de facção em uma emboscada em 2 de junho de 2018, e investigações apontam que o crime foi motivado por disputas pela extração ilegal de madeira.<sup>4</sup>

Ativistas identificados como lideranças representam 50% (33) das vítimas, enquanto os não líderes correspondem a 49% (32) dos casos. A violência direcionada às lideranças revela um padrão estratégico: a eliminação de indivíduos-chave tende a desarticular coletivos e enfraquecer a mobilização social. Dessa forma, a morte dos líderes não apenas ceifa vidas, mas também compromete a organização, a resistência e a continuidade das ações dos grupos afetados, evidenciando a dimensão política da violência contra ativistas.

Juvenil Martins Rodrigues, conhecido como Foguinho, líder da ocupação da Fazenda Pontal no sul do Pará, foi assassinado em 2024 em meio a um conflito fundiário envolvendo famílias Sem Terra e latifundiários que reivindicam a área. A fazenda é composta por terras públicas e está ocupada desde 2014 por 70 famílias organizadas, enquanto os latifundiários recorrem a práticas violentas, ameaças e extração ilegal de madeira. As denúncias feitas pelos trabalhadores aos órgãos competentes não resultaram em proteção ou investigação adequada. O caso ilustra padrões recorrentes de violência fundiária na região, evidenciando a omissão estatal e a vulnerabilidade de lideranças comunitárias.

As investigações dos crimes são frequentemente negligenciadas pelos órgãos competentes, e em 41% (27) dos casos não há informações sobre a autoria dos homicídios. A pistolação se destaca como a forma de execução mais recorrente, correspondendo a 32% (21) dos casos, geralmente com a participação de mandantes que contratam terceiros para cometer os assassinatos. Além disso, constatou-se que o Estado esteve diretamente envolvido em 23% (15) dos assassinatos, incluindo um episódio de Pau d'Arco, citado anteriormente, no qual dez ativistas sem-terra foram executados.

Os indivíduos analisados neste estudo integram estatísticas que evidenciam a magnitude da violência e das perdas humanas registradas no Brasil, sobretudo no contexto dos conflitos socioambientais. Esse panorama expõe a dinâmica na qual vidas podem ser sistematicamente negligenciadas até a morte, revelando tanto sua finitude quanto sua precariedade, conforme discutido por Judith Butler (2015) em *Quadros de Guerra*. Butler argumenta que a precariedade de uma vida reflete a dependência de múltiplas condições sociais, políticas e econômicas para que a existência seja mantida, destacando que viver é um processo intrinsecamente relacional e vulnerável à ação ou à omissão de outros.

Essa perspectiva torna-se essencial para compreender os assassinatos de ativistas no Pará, uma vez que expõe como determinados grupos sociais, em contextos de disputa por terra e recursos naturais, tornam-se particularmente vulneráveis à violência letal. A precariedade, neste caso, não é apenas uma condição abstrata, mas um elemento concreto que revela a dependência de estruturas sociais que falham muitas vezes em proteger a vida, contribuindo para a perpetuação de violações sistemáticas dos direitos humanos.

O perfil dos ativistas analisados evidencia uma predominância de vítimas homens, em sua maioria ocupando posições de liderança, envolvidas com o ativismo da luta pela terra e assassinatos cometidos por pistoleiros. O cenário que esses indivíduos enfrentam evidencia o quanto graves são os conflitos fundiários presentes no estado do Pará. Sendo assim, os indivíduos que estão organizados

<sup>4</sup> Ver em: Liderança de movimento do campo é assassinada no Pará. *Fórum*, 04 de junho de 2018. Disponível

em:  
<https://revistaforum.com.br/movimentos/2018/6/4/liderana-de-movimento-do-campo-assassinada-no-pará-31585.html> . Acesso em 20/08/2025

politicamente através do ativismo precisam enfrentar a realidade social existente, decidindo entre se manter ativos sabendo o risco fatal que permeia lutar contra a injustiça no estado do Pará ou se desmobilizar.

#### 4. CONCLUSÕES

Os dados analisados demonstram que os conflitos fundiários no Pará vão muito além de disputas territoriais, configurando um cenário de violência sistemática que atinge diretamente ativistas, especialmente aqueles em posições de liderança. A focalização das lideranças manifesta uma estratégia de desmobilização de coletivos: ao eliminar os indivíduos, os grupos perdem capacidade organizacional e de resistência, seja por motivos de que os líderes acabam canalizando as diligências do grupo, ou por intimidação, pelo grau de violência que cerca os militantes. A omissão ou insuficiência da atuação estatal contribui para a perpetuação dessas violações. Sob a perspectiva da precariedade da vida, proposta por Judith Butler (2015), torna-se evidente que a vulnerabilidade desses indivíduos é socialmente produzida e politicamente instrumentalizada, dependendo de fatores externos que vão além do controle dos próprios afetados.

Em suma, a violência contra ativistas no Pará não é apenas um fenômeno isolado, mas um reflexo das tensões estruturais e das desigualdades socioeconômicas, exigindo respostas urgentes e efetivas do Estado e da sociedade para a proteção da vida, a garantia de direitos fundamentais e a preservação da mobilização social.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- ROLEMBERG, I.; LACERDA, P. Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos. **Anuário Antropológico**, v.47 n.1, p. 87-106, 2022.